

## Participação Política da Juventude na Internet: Experiência Brasileira e Portuguesa<sup>1</sup>

Milena Carolina de ALMEIDA<sup>2</sup>

Caroline Kraus LUVIZOTTO<sup>3</sup>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”(UNESP)

### RESUMO

Tendo em vista o recente e contínuo fenômeno de imersão da esfera social no ambiente virtual, em contraposição à queda do envolvimento popular com instituições políticas tradicionais, o artigo se baseia no questionamento sobre quais são as configurações assumidas pela participação política da juventude atualmente. Para análise dessas configurações, são apreciados os conceitos de participação política online, de mobilização social da juventude e de transformação da Internet. Com base em exemplos de plataformas virtuais como o Participatório - Observatório Participativo da Juventude (Brasil) e do OPJ - Observatório Permanente da Juventude (Portugal) contempla-se o fomento da participação política e social online da juventude, as alterações sofridas pela internet e como essa rede age influenciando e sendo influenciada pela sociedade na qual se insere.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação Política; Juventude; Internet.

### INTRODUÇÃO

Atualmente, parte significativa dos movimentos e grupos político-sociais articula suas ações por meio da internet, passando a configurar o chamado ativismo social *on-line*. A infraestrutura de conectividade em rede, característica da Web atual, revela-se um aparato tecnológico que permite a comunicação de atores sociais no processo de criação, organização e disseminação de suas demandas políticas e sociais. Esta estrutura possibilita a articulação dos atores sociais de modo inter e correlacionado.

As ferramentas da Web 2.0 estão redesenhando e redefinindo a criação e a disseminação do ativismo social *on-line*, criando novas e interessantes oportunidades de transmissão, mais personalizadas, sociais e flexíveis, com um caráter de compartilhamento de informações. Por meio da internet pode-se ultrapassar a censura ideológica e as políticas editoriais dos meios de comunicação tradicionais, como a televisão, o rádio e a mídia impressa.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IJ08 Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Vitória - ES, de 03 a 05/06/2019.

<sup>2</sup> Estudante do curso de graduação de Jornalismo da Unesp – Universidade Estadual Paulista. Bolsista do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Email: milencarolina.almeida@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais. Docente do Programa de Pós-graduação da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais. Email: caroline.luvizotto@unrsp.br

Com as novas TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) espera-se disseminar os conteúdos informacionais com o máximo de intercâmbios, buscando a interação, o apoio, as críticas, as sugestões que, no caso do ativismo social, traduz-se em expressar por meio de seus atores, da forma mais diversa e abrangente possível, a luta pela concretização da cidadania (LUVIZOTTO, 2016).

Neste contexto, as manifestações de junho/julho de 2013 no Brasil mostraram que os jovens se interessam por questões políticas e sociais do país, sentem-se motivados a participar de ações/manifestações de caráter político-social, criam e organizam suas ações por meio das redes sociais virtuais. As manifestações brasileiras de junho/julho de 2013 foram sucedidas por inúmeras reações da sociedade civil e dos diferentes níveis de governo. Foram criados diversos espaços virtuais que procuram potencializar estratégias de comunicação com a juventude brasileira, tanto na esfera privada, quanto na esfera pública digital. “A comunicação pública digital exerceria o papel de catalisar e organizar a expressão política juvenil, afastando assim o risco de manifestações não submissas, por meio da oferta de canais alegadamente permanentes e confiáveis” (ROTHBERG *et al*, 2014, p. 229).

Exemplo destas estratégias de comunicação, em agosto de 2013 foi lançado pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) o portal do *Participatório: Observatório Participativo da Juventude* (<http://participatorio.juventude.gov.br>), que tem como objetivo a produção de informação sobre a juventude a partir da participação dos próprios jovens. “O Participatório relaciona sua criação como resposta ao recente fenômeno de visibilidade da insatisfação de setores sociais com a vida pública” (ROTHBERG *et al*, 2014, p. 228).

Buscando compreender como se dá a participação da juventude, estudos preliminares evidenciaram a necessidade de expandir o corpus da pesquisa para além da experiência brasileira do Participatório, estendendo o objeto para outras experiências, inclusive, não governamentais. Elegemos o OPJ - Observatório Permanente da Juventude, de Portugal, como fonte de pesquisa para aprofundar nossos estudos e para, de modo comparativo, compreender a participação política e social da juventude portuguesa e brasileira.

O Observatório Permanente da Juventude, iniciativa não-governamental, (<http://www.opj.ics.ul.pt>), se auto define como:

Um programa de investigação e estudos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica desde 1989. Pretendendo potenciar a produção, a troca

e a difusão do conhecimento científico sobre a diversidade de realidades juvenis em Portugal e no mundo, o OPJ beneficia de um largo património e experiência de investigação nacional e internacional, que viu somado em 2010 a herança do programa de estudos do Observatório Permanente de Escolas, em funcionamento no ICS desde 2004. O OPJ é financiado pelo ICS e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PEst-OE/SADG/LA0013/2013)<sup>4</sup>.

Iniciativas da sociedade civil também representam um espaço para participação política. Por esta razão, o exemplo do OPJ pode ampliar a reflexão sobre a participação da juventude, uma vez que suas linhas de investigação concentram estudos sobre a realidade do jovem que contemplam participação cívica e política.

Um elemento fundamental para a análise dos dois exemplos aqui citados é a presença das ferramentas da Web 2.0, caracterizadas por potencializar a interação, colaboração, inteligência coletiva, compartilhamento de informações, flexibilidade das mídias, variedade e velocidade das informações disponíveis.

Esses exemplos de participação política on-line mostram que existem iniciativas, mas a existência dessas ferramentas não vai garantir o engajamento dos cidadãos, que precisam de meios, motivação e de oportunidade para participar (SHIRKY, 2011) além do contexto favorável de inclusão digital, de configuração do sistema midiático e das instituições políticas (JENSEN *et al*, 2012).

A partir do exemplo do Participatório - Observatório Participativo da Juventude (Brasil) e do OPJ - Observatório Permanente da Juventude (Portugal) espera-se refletir sobre a participação política e social online da juventude. Especificamente pretendemos: Discutir o conceito de participação e participação online; Compreender as estratégias de participação política e social da juventude brasileira e portuguesa; Apresentar os *website* Participatório e o OPJ no contexto da participação online, buscando verificar sua abrangência e performance e estimar o seu potencial como um ambiente digital que liga a juventude brasileira e portuguesa e os respectivos governos federais.

A pesquisa aqui apresentada caracteriza-se por ter como vertente metodológica uma abordagem quali-quantitativa. A primeira parte desta pesquisa se fundamenta na metodologia exploratória, buscando compreender os conceitos de participação e de participação online, bem como, as estratégias de participação política e social da juventude brasileira e portuguesa. A descrição dos ambientes e a compreensão do funcionamento de suas ferramentas colaborativas

---

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/observatorio/apresentacao> , acesso 31/10/2016.

e interativas apresentam-se na sequência, e auxiliam na reflexão sobre o potencial de participação online do Participatório e do OPJ.

## **PARTICIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO ONLINE**

A participação popular é um dos pilares da Democracia e, com o avanço da tecnologia somado ao próprio desenvolvimento das sociedades atuais, este pilar em específico vem sofrendo transformações. Assim, o esclarecimento acerca da definição e atualização desse conceito torna-se fundamental para análise das diversas formas de exercício da cidadania e compreensão do cenário político da atualidade.

De acordo com Bordenave (1983), no contexto atual caracterizado pela regência de um corpo social em determinado domínio territorial por um Estado, a primeira escala participativa é a política. A participação política é prevista no primeiro postulado do artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos “Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhido” e é devido a seu nível que a atuação nas demais organizações sociais pode se efetivar. Quanto maior a abertura para o envolvimento dos indivíduos na tomada de decisões que influenciam no regimento de seu país, maior a chance de que eles tenham voz ativa nos diversos círculos que compõem a sociedade. Mas, por que tomar parte nestas organizações?

Aos indivíduos, participar de sistemas componentes do meio social pode ser um instrumento para quebrar o verticalismo governamental, como pontua Bordenave: “a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade” (1983, p.12). Mas é nas maneiras com as quais se exerce essa forma de poder que há a determinação sobre as consequências possíveis no contexto em que são realizadas. Tais maneiras podem variar de acordo com a intenção, com o grau de interação com o meio e com a disponibilidade de cada indivíduo. Ainda segundo Bordenave (1983), as variações básicas do exercício participativo são a contradição entre a participação ativa e passiva, estabelecidas principalmente com base na ação “tomar parte” relativa a quem participa ativamente.

Nas organizações a forma como os integrantes são permitidos a participar e a forma como de fato participam influenciam diretamente no funcionamento da instituição. Do extremo da inércia ao da autogestão, a participação popular é um fator definitivo na configuração de uma sociedade, principalmente no que diz respeito ao âmbito político. Entre os instrumentos

que podem favorecer ou inviabilizar a participação popular na dinâmica social estão os meios de comunicação.

O surgimento da Internet transforma todas as concepções de comunicação em massa anteriores à ela, como o jornal impresso, o rádio e a televisão. Criada em 1969 e desenvolvida incansavelmente desde então, a internet é o meio de comunicação mais recente, de menor custo produtivo e de maior alcance público. O que a diferencia dos outros meios citados é a possibilidade de participação ativa e indiscriminada do público, com a singular prerrogativa de propriedade de acesso. Assim, há a quebra do verticalismo e o nascimento da produção horizontal e da interatividade na comunicação em larga escala, o que promove o surgimento de uma forma particular dos indivíduos atuarem na sociedade, a participação online.

A participação online é uma guinada na efetivação do processo participativo na esfera político-social. A partir do progresso desta possibilidade de atuação, altera-se o *status quo* e com isso, os indivíduos da sociedade civil que atuam no meio digital deixam de ser participantes passivos para converterem-se em participantes ativos com poder de “agir de outras formas para manifestar seus interesses, posições e insatisfações” (PEREIRA, 2011, p.5), sem a necessidade da intervenção midiática ou processos de participação eleitoral.

As plataformas da internet propiciam uma nova forma de participação através de ferramentas para promover a interação, da possibilidade de o indivíduo expor sua opinião, da disponibilização de um espaço para feedback sobre o conteúdo apresentado, do possível envolvimento simultâneo em inúmeros círculos sociais sem a necessidade de proximidade física e da divulgação de conteúdos anteriormente barrados pelos *gatekeepers* das mídias tradicionais. No caso da vertente político-social, os cidadãos em geral visam: fazer com que suas reivindicações sejam expostas, poder apresentar seu feedback sobre as mais diversas instituições públicas e mobilizar os demais setores sociais a discutir ou fazer parte de ações sobre questões de interesse público.

Nessas possibilidades que a internet oferece, além do baixo custo para divulgação de conteúdo e do largo alcance, os movimentos sociais encontraram um caminho para sua manutenção, aliando sua atuação à Web, e com isso dois fenômenos podem ser observados. O primeiro se trata do deslocamento da esfera pública, lugar de discussão de questões sociais, para o espaço virtual e o segundo do surgimento do ciberativismo, ou seja, o envolvimento de ativistas com questões sociais de seu interesse, passa a ser online. Além disso, os próprios

governos passaram a fazer uso de plataformas da internet para se comunicar com a população de seu país e do exterior.

Mesmo com as circunstâncias que justificam seu protagonismo na atualidade, a participação política online se depara com empecilhos, “a falta de interesse dos seguidores e a crise de confiança nas instituições e nos actores políticos são limitações significativas ao envolvimento online” (SEBASTIÃO; ELIAS, 2012, p.63). Além disso há outros fatores limitantes, como a economia, que pode impossibilitar o acesso dos cidadãos sem condições financeiras à rede, e a própria política, já que os governos de alguns países, como a China e a Coreia do Norte, podem proibir o acesso a plataformas e a redes sociais, a exemplo o Facebook e o Google.

A forma como os indivíduos agem dentro do espaço online é única e inédita na história da humanidade, e vem transformando o panorama político-social ao abrir espaço para maior participação pública através de plataformas virtuais. Assim, torna-se perceptível a quebra das barreiras de produção informacional e a capacitação do indivíduo como agente de participação ativa, que publicando, visualizando e compartilhando conteúdo pode “fazer parte, tomar parte e ter parte” (BORDENAVE, 1983, p.22) em diversos processos sociais.

## **A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE**

Historicamente, a percepção de uma geração “jovem” entre os componentes da sociedade, surge “a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento - com os consequentes problemas sociais daí derivados - dos tempos de passagem que hoje em dia mais caracterizam a juventude (...)” (PAIS, 1990, p.148). Na atualidade, considera-se “jovens” a parcela da população mundial que tem entre 15 e 24 anos, segundo estipulado pela ONU (Organização das Nações Unidas) (BARRIENTOS-PARRA, 2004, p.133) e pode-se compreender a juventude “como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro” (NOVAES, 2007, p.1).

Comumente o campo de estudos acadêmicos relacionado à análise da realidade juvenil associa e divide a Juventude segundo dois fenômenos sociais, de acordo com a percepção da sociedade: o desinteresse e repúdio em relação à política atual e suas instituições tradicionais e, paralelamente a isso, o potencial de transformação da realidade presente por meio de artifícios alternativos, como a internet.

Com a entrada do século XXI, a popularização da Internet e o surgimento das redes sociais, a mobilização da juventude ganhou nova configuração, devido a fatores como a migração da esfera pública para o meio online, o descrédito atribuído às instituições democráticas e a redução do caráter grevista das manifestações. Porém, as reivindicações por maiores liberdades individuais continuam como pauta das mobilizações juvenis, como por exemplo a causa LGBT (Lésbica, Gays, Bissexuais e Transexuais) e o Feminismo.

Em 1985, a ONU estabeleceu o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz a fim de propor aos países membros das Nações Unidas que criassem políticas públicas voltadas à promoção dos três pilares citados acima para instigar maior autonomia dos jovens em favor do desenvolvimento e do envolvimento destes com a administração estatal. Em contrapartida a tais ações, há o interesse da própria juventude de que suas petições sejam reconhecidas socialmente. Hoje, como a participação em instituições democráticas tradicionais é desacreditada, os jovens fazem uso de meios alternativos como as redes sociais “para a mobilização e a participação cívica. Esses dispositivos têm-se revelado fundamentais para exprimir reivindicações e organizar o protesto, favorecendo o surgimento de modos informais de ação política e cívica” (CAMPOS; SIMÕES, 2016, p.132).

De acordo com Abramovay e Castro (2009), o protagonismo jovem é essencial, pois chamados e motivados a participar, os jovens desenvolvem habilidades importantes na defesa de direitos, na consciência de seus deveres, bem como interagem com diversas linguagens e tipos de engajamento, utilizando ferramentas que lhes permitem acessar outras informações à luz de perspectivas transformadoras.

### **A juventude no Brasil e sua mobilização**

O estopim da mobilização da juventude brasileira, que representa ¼ da população nacional de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pode ser percebido no início do século XX, a partir da ascensão da República e seus posteriores períodos ditatoriais (1937-1945 e 1964-1985). Durante estes períodos, a juventude brasileira, com destaque à categoria estudantil, se mobilizou em favor da manutenção da democracia e “combate às estruturas conservadoras” (ABRAMO, 1997, p.27), fazendo parte de manifestações de rua, como os realizados contra a Ditadura Militar (“Diretas Já” em 1984) e a favor de uma política sem corrupção (Impeachment de Fernando Collor em 1992). No entanto, a sociedade geralmente vê tais manifestações como “desqualificadas para a política (...) por

serem “espontaneistas”, “espetaculares”, com mais dimensão de “festa” do que de “efetiva” politização” (ABRAMO, 1997, p.27).

A fim de seguir a tendência internacional de inserção da juventude no meio político, a partir da iniciativa da ONU em promulgar o Ano da Juventude em 1985, e numa tentativa de pautar as reivindicações políticas juvenis para a manutenção do *status quo*, o Governo Brasileiro estabeleceu medidas para promover maior contato com tal segmento, entre elas: o Estatuto da Juventude, o programa Estação Juventude, o Plano Juventude Viva e o Observatório Participativo da Juventude (Participatório).

Atualmente, seguindo a onda de manifestações pelas liberdades individuais iniciada em 1968, os jovens brasileiros encontraram na internet, mais especificamente nas redes sociais, um meio para expressar suas reivindicações. A partir da organização em forma de coletivos e de debates em esfera pública online, que permitem maior interação em toda extensão do país.

O mais recente episódio em que se pôde atestar a mobilização da juventude brasileira, combinando o espaço para protesto dentro e fora da Internet, foram os protestos de 2013 a favor do passe gratuito para transporte público, após o aumento da tarifa deste. Porém, devido à ausência de resultados esperados e da divergência das petições que surgiram entre os protestos, pode-se perceber o descrédito da juventude brasileira para com a mobilização política na atualidade, prova disso é a manutenção de um presidente no poder de 2016 a 2018, cuja aprovação girava em torno de apenas 5% entre a população nacional, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (Ibope) divulgada em 2018, e a falta de mobilizações efetivas contra ele. Sendo assim, no Brasil verifica-se maior engajamento individualista do segmento juvenil em defesa da livre manifestação das liberdades pessoais, em detrimento da participação política que apresenta baixas perspectivas de mudança.

### **A juventude em Portugal e sua mobilização**

Em Portugal, pode-se atestar o início da acentuada mobilização e participação política da juventude a partir da Revolução dos Cravos, em 25 de Agosto de 1974. Segundo Manuel Braga da Cruz, os jovens protagonizaram o processo revolucionário que derrubou o regime ditatorial, instaurado no país desde 1932, “ao contribuírem para o agravamento das contradições do anterior regime, quer com a contestação estudantil à guerra da África, quer com a contestação ao sistema corporativo através de acções sindicais e políticas”(1985, p.1068). O despertar da



juventude para com os assuntos nacionais foi abafado na época pelo novo Governo que desvalorizou a revolução juvenil.

Atualmente, é possível perceber na atuação dessa juventude a tendência mundial de modelo de participação político-social, pouco expressivo no que diz respeito às instituições democráticas tradicionais, em detrimento à preferência do uso das redes para expressão política. Como exemplo do engajamento político da juventude portuguesa na atualidade está a atuação deste segmento a partir da crise econômica que se estabeleceu no país em 2008, a qual fez com que o Governo Português tivesse que adotar políticas de austeridade para que seus parceiros da União Europeia o financiassem até que estivesse em condições de sair da recessão. Tais medidas austeras foram sentidas principalmente pelos jovens “com uma diminuição dos apoios sociais do Estado e um aumento das situações de desemprego e precariedade laboral” (CARMO *et al.*, 2014 *apud* CAMPOS; SIMÕES, 2016, p.132). Frente à tal situação, uma série de protestos teve início em 2011. Nesses protestos, pôde-se averiguar algumas das principais características adquiridas pela mobilização juvenil portuguesa atual “o caráter não hierárquico, orgânico, não institucional e (...) afastado daquilo que pode ser considerada a atividade política institucional” (CAMPOS; SIMÕES, 2016, p.135).

Tendo em vista a atual conjuntura participativa portuguesa, visando reconhecer as reivindicações da juventude em plano político e social, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa criou o Observatório Permanente da Juventude, no site Portal da Juventude, a fim de “potenciar: a produção, a troca e a difusão do conhecimento científico sobre a diversidade de realidades juvenis em Portugal e no mundo”, de acordo com a descrição do programa contida na plataforma online. Aliado a essa iniciativa, o Governo Português conduziu em 2017 o Questionário do Plano Nacional para a Juventude, com o objetivo de produzir políticas públicas mais recentes e coerentes com as realidades dos componentes do segmento juvenil da sociedade.

Deste modo, é possível perceber na recente atuação do segmento juvenil português um caráter mais associado à transformação da política nacional se comparado ao modelo atual de manifestações culturais no Brasil, devido ao momento político do país europeu. Provas desse engajamento político, além das recentes manifestações que resultaram no fim do período de austeridade em 2014, como foi solicitado, são a elaboração do I Plano Nacional da Juventude e a presidência de Marcelo Rebelo de Sousa (eleito em 2016) candidato com trajetória docente,

apoiado pela categoria estudantil e com mais de 80% de aprovação entre a população nacional, segundo o jornal Opera Mundi.

## **AS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA E PORTUGUESA**

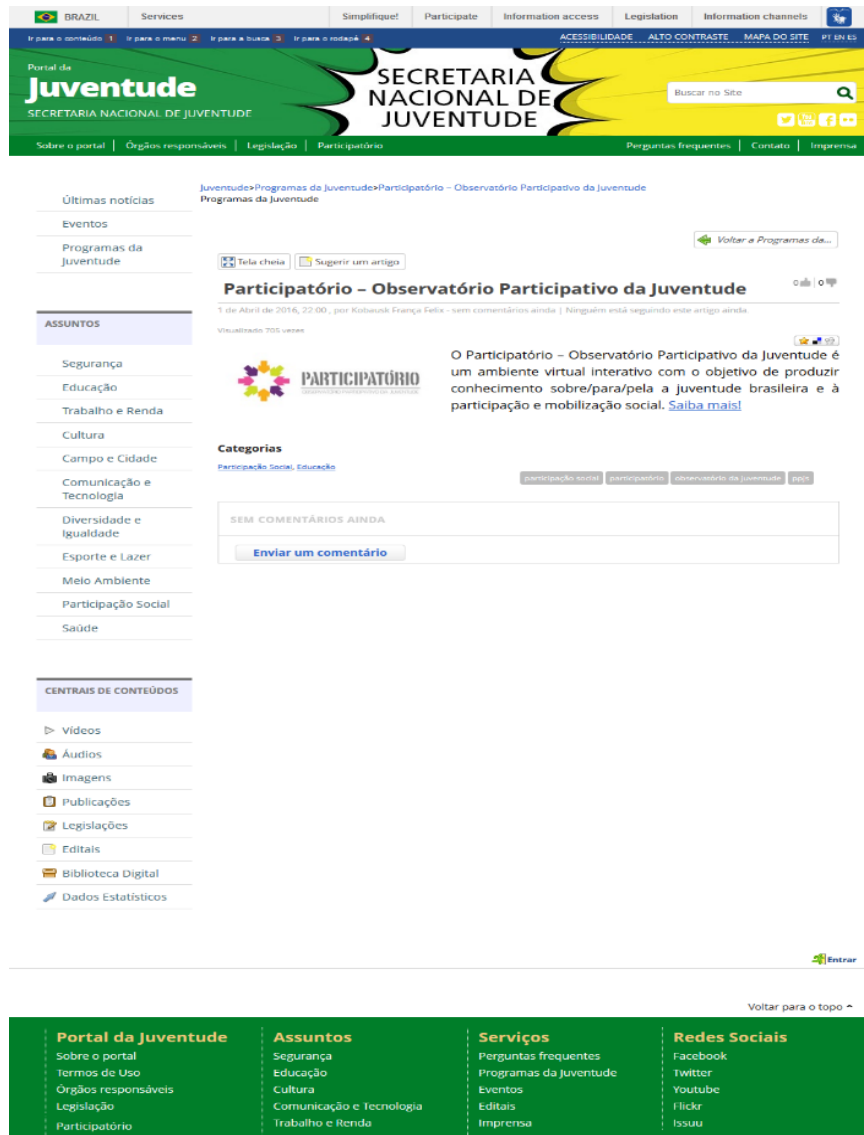
De acordo com Luvizotto, Gonzales e Calonego (2017, p. 114), “com a internet e as mídias digitais, as formas de comunicação e consumo de informação se modificaram, deixando de ser unilaterais – marca dos meios de comunicação de massa – e passam a ser mais participativas e democráticas”. Apesar de todas as limitações, considerando os problemas de acesso a rede, acessibilidade, usabilidade e conhecimento do usuário, as tecnologias da internet facilitam participação em alguns contextos e possibilitam a interação entre os indivíduos, sendo uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas. Esse ambiente online modificou a maneira como sujeitos e grupos sociais manifestam as suas demandas políticas e sociais (LUVIZOTTO, GONZALES E CALONEGO, 2017, p. 114).

Entre as diversas características assumidas pela sociedade moderna, a conectividade tem posto de destaque, tendo em vista a acentuada imersão popular nas incontáveis variantes da Internet e a presença do meio online nas mais variadas esferas do cotidiano social. Entre as plataformas que viabilizam a interatividade, destacam-se os sites governamentais e institucionais, criados para promoção de maior contato entre uma determinada instituição e seu público-alvo. Como exemplos destes sites institucionais, se apresentam os Observatórios da Juventude do Brasil e o Observatório Permanente da Juventude de Portugal, estruturados com o objetivo de analisar as formas de participação política do público jovem dos respectivos países e receber feedbacks dos mesmos.

O Observatório Participativo da Juventude Brasileira (Participatório) é um site institucional mantido pela Secretaria Nacional da Juventude, órgão governamental responsável por “coordenar, integrar e articular as políticas de juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para o segmento juvenil”. Neste site, pode-se averiguar mecanismos que promovem a interação entre internautas e instituição, como as opções “Contato”, “Entrar” e o espaço para comentários, postado abaixo da descrição. Até mesmo na descrição do propósito da construção do site encontra-se a frase “Observatório Participativo da Juventude é um ambiente virtual interativo com o objetivo de produzir conhecimento sobre/para/pela a juventude brasileira e à participação

e mobilização social” (FELIX, 2016), como pode-se constatar através da observação do *print screen* a seguir:

Figura 1: A página do Observatório Participativo da Juventude (Participatório)

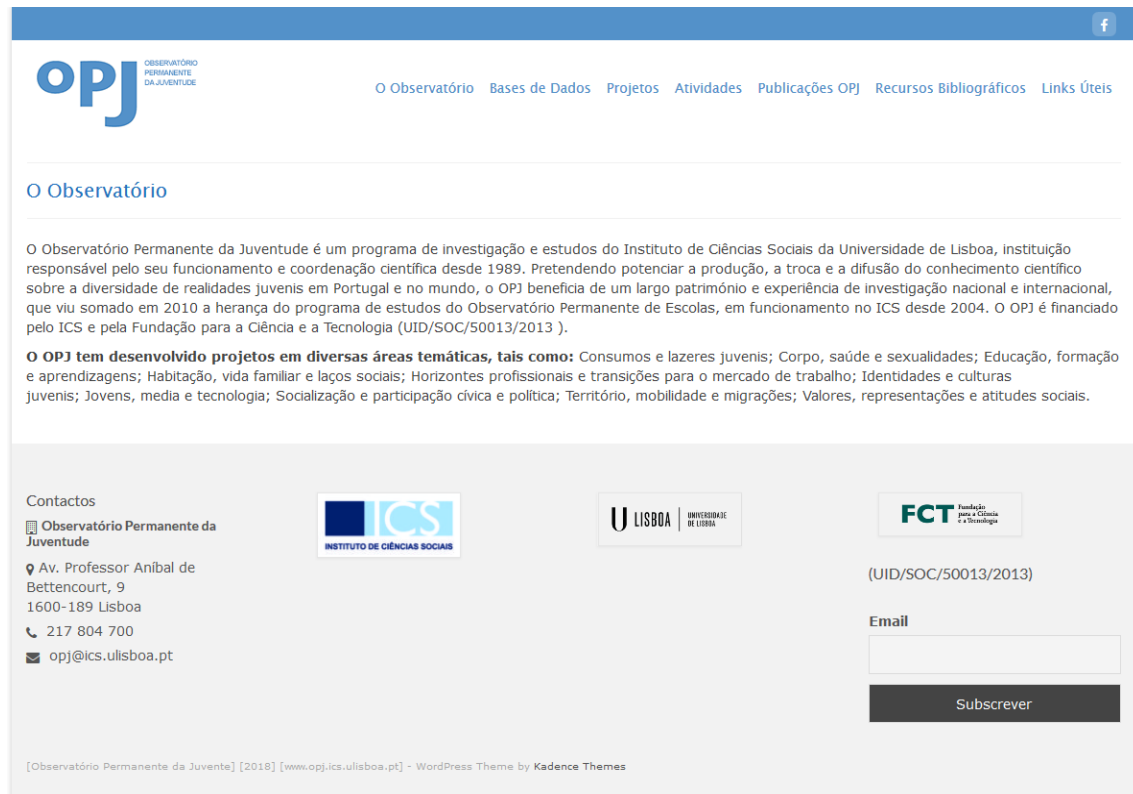


Fonte: <http://juventude.gov.br/participatorio> - acessado às 08:42 de 22/09/2018

O Observatório Permanente da Juventude de Portugal é um site institucional mantido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa desde 1989, cujo objetivo está em “potenciar a produção, a troca e a difusão do conhecimento científico sobre a diversidade de realidades juvenis em Portugal e no mundo”. O Observatório português tem endereço próprio e em sua página constata-se a presença de mecanismos de interação como o link de acesso no canto superior direito a conteúdos relacionados na rede social Facebook, a disponibilização do

email institucional para contato no canto inferior esquerdo e a possibilidade de se “subscriver” no site, no canto inferior esquerdo, como pode-se observar no *print screen* a seguir:

Figura 2: Página do Observatório Permanente da Juventude (OPJ)



Fonte: <https://www.opj.ics.ulisboa.pt/o-observatorio/> - acessado às 09:00 de 22/09/2018

Assim, com base no exposto, é possível perceber a tendência de disseminação de conteúdos online e o âmbito alcançado por ela, em que até mesmo sites ligados a órgãos governamentais disponibilizam suas produções de modo a ampliar a divulgação entre os usuários e cumprir com os fundamentos da Web 2.0 de favorecer a interação social e de promover o ideal de colaboração entre os internautas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exploração dos conceitos de participação, juventude e Web-inovações, realizada na presente pesquisa, é possível englobar essa tríade conceitual em fenômenos elementares da atualidade como a formação de uma esfera pública online, a alternativa em ascensão de que o envolvimento do indivíduo com o contexto social se dê em ambiente virtual,

através de redes sociais por exemplo, e o sentimento de frustração de segmentos da sociedade para com as instituições tradicionais da democracia que estão em descrédito justamente por não facilitarem o envolvimento do público. Conforme se dá a evolução destes fenômenos, os governos vêm tomando consciência acerca da existência e proporção assumida por esta formação de cidadania virtual e agem de forma a priorizar a manutenção do *status quo*, sobretudo no que se relaciona a segmentos sociais como a juventude, em que os indivíduos estão envolvidos em altos níveis com as redes sociais e com as reivindicações populares, possuindo maior propensão a se mobilizar. Neste caso em específico, a pesquisa destaca a existência de sites ligados a instituições governamentais, sendo eles o Observatório Participativo da Juventude (Participatório) e o Observatório Permanente da Juventude (OPJ), os quais captam, analisam e divulgam episódios e formas assumidas pela participação da juventude na política de seus respectivos países, Brasil e Portugal.

Entre as percepções obtidas com apoio do acervo bibliográfico reunido, merecem destaque as apropriações por parte da web 2.0 de princípios que fundamentam a sociedade atual, compartilhamento informacional, interação colaboração entre usuários, os quais contribuem tanto para popularização do meio online, devido à integração propiciada, quanto para construção de caminhos alternativos que promovem uma forma de comunicação em tese “ilimitada” e horizontal, inédita entre os meios comunicacionais tradicionais. Além disso, apoiado a estudos realizados sobre as mobilizações das juventudes brasileira e portuguesa, foi possível traçar ao longo da pesquisa o perfil da atuação que cada juventude apresenta na atualidade, sendo a brasileira majoritariamente ligada a mobilizações segundo a defesa de liberdades individuais (como as causas LGBT e feminista) e a portuguesa relacionada a questões políticas (como reivindicações populares ao governo), devido principalmente ao quadro político que impera em cada um dos países.

Com base na observação dos sites, Participatório e OPJ, e seus objetivos, percebe-se a disponibilização por parte dos mantenedores de artifícios que permitem aos usuários exporem suas opiniões, entrarem em contato e repassarem feedback, de modo a aproximar as instituições envolvidas à comunidade. Os websites apresentados possuem limitações, pois as ferramentas online não são utilizadas em sua potencialidade. Mas, a partir de um contexto de cidadania e de participação online é possível verificar que a arquitetura dos websites favorece a participação da juventude, mesmo sem o engajamento cívico, e que os processos comunicativos e interativos inerentes à essa plataforma online são um passo em direção a uma prática cidadã mais ampla.

É preciso, antes de tudo, desenvolver uma cultura de participação e fortalecer os mecanismos de participação existentes em nossa sociedade, nas escolas, nas associações de bairro, nas organizações da sociedade civil e em todas as instâncias governamentais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.**

Disponível em:

<[http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442\\_1175\\_abramowendel.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442_1175_abramowendel.pdf)>.

Acesso em: 15 jul de 2018.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**, 1ed. Brasília: RITLA, 2009.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge. **O Estatuto da Juventude: Instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens.** Disponível em:< <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/984/R163-09.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 17 jul de 2018.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAMPOS, Ricardo; SIMÕES, José A . Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. **Comunicação Mídia e Consumo**, São Paulo, V. 13, No.38, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/1159/pdf>>. Acesso em: 20 jul de 2018.

CRUZ, Manuel B. **A participação política da juventude em Portugal.** Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223480202Y7eVG2cq8Cn79OV1.pdf>>. Acesso em: 18 jul de 2018.

FELIX, K. F. **Participatório – Observatório Participativo da Juventude** . Disponível

em:<<http://participatorio.juventude.gov.br/juventude/programas/participatorio-observatorio-participativo-da-juventude?lang=pt>>. Acesso em: 22 set de 2018.

JENSEN, M. *et al.* **Digital Media and Political Participation Worldwide: a comparative study.** Cambridge University Press: Nova Iorque, 2012

LUVIZOTTO, C. K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 297-312, 2016.

LUVIZOTTO, C. K.; Gonzales, N. dos S.; Calonego, R. Comunicação e movimentos sociais: a atuação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação na internet. **Organicom** – ano 14 – n. 26 – 1o sem. p. 110-123, 2017.

NOVAES, Regina. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida**. São Paulo, outubro de 2007.

OBSERVATÓRIO PERMANENTE DA JUVENTUDE. **O Observatório**. Disponível em: <<http://www.opj.ics.ulisboa.pt/o-observatorio/>>. Acesso em: 22 set de 2018.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise social**, lisboa, Vol.25, No. 105/106.1990. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41010794>>. Acesso em: 20 jul de 2018.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital. In: **Encontro da Compólitica**, 5., 2011, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.compólitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>.

PORTAL DA JUVENTUDE. **Observatório Permanente da Juventude**. Disponível em: <<https://juventude.gov.pt/CentroConhecimentoJuventude/ObservatorioPermanenteJuventude/Paginas/ObservatorioPermanentedaJuventude.aspx>>. Acesso em 16 jul de 2018.

ROTHBERG, Danilo *et al.* As revoltas e seu impacto sobre a comunicação pública: o potencial do Observatório Participativo da Juventude In: **Liinc em Revista**, vol. 10, nº 1, pp. 227-240, 2014.

SEBASTIÃO, P. S.; ELIAS A. C. O ativismo do like: as redes sociais e a mobilização de causas. **Sociedade e Cultura**, v.15, n.1, p. 61-70, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/20673/12107>>.

SHIRKY, C. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.